Editora: Ana Paula Macedo
anapaula.df@dabr.com.br
3214-1195 • 3214-1172

ISRAEL

Netanyahu endurece discurso

Premiê promete resposta "vigorosa, rápida e precisa", depois de dois atentados seguidos em Jerusalém. Uma das propostas do governo é facilitar o licenciamento de armas para civis. Pena capital também foi discutida em reunião do gabinete de segurança

Um novo ataque a israelenses na mesma localidade do tiroteio que deixou sete mortos na sexta-feira eleva a tensão em Jerusalém, com endurecimento do discurso do primeiro-ministro, Benjamin Netanyahu. No atentado de ontem, um palestino de 13 anos abriu fogo em Silwan, um bairro nos arredores da muralha que delimita a Cidade Velha, em Jerusalém Oriental, ferindo um homem de 47 e seu filho, de 23. O adolescente foi baleado e "neutralizado" pelas forças de segurança, segundo a polícia. Desde quinta-feira, quando uma ação militar fez nove vítimas no campo de refugiados de Jenin, no norte da Cisjordânia, há uma escalada da violência no país.

"Nossa resposta será vigorosa, rápida e precisa", reagiu o primeiro-ministro, antes de uma reunião do gabinete de segurança nacional, na noite de ontem. "Não estamos buscando uma escalada, mas estamos preparados para qualquer cenário. Quem quiser nos ferir será ferido", acrescentou.

Os atentados acontecem em meio à forte pressão popular contra Netanyahu, que assumiu o governo em dezembro. Há quatro semanas, os israelenses protestam nas ruas contra a polêmica proposta de reforma do Judiciário, que enfraquecerá a Suprema Corte. Ontem, 60 mil pessoas se reuniram em várias cidades. Em Tel Aviv, as manifestações foram precedidas por um minuto de silêncio, em homenagem às vítimas de sexta-feira.

Fotos: AFP



As forças de segurança israelenses e o pessoal do serviço de emergência no local onde um adolescente palestino feriu duas pessoas a tiros

Medidas em debate

Segundo o jornal *Haaretz*, no encontro de ontem, Netanyahu, ao lado do ministro da Segurança Nacional de extrema-direita, Itamar Ben-Gvir, propôs uma medida para acelerar o processo de licenciamento de armas para civis. A ideia é remover barreiras e liberar o porte em aproximadamente duas semanas depois do pedido. O primeiro-ministro também sugeriu a destruição das casas dos agressores, o que ainda não aconteceu, pois depende da aprovação do Judiciário.

Ben-Gvir também quer um processo céler para impor a pena de morte a pessoas consideradas terroristas. A medida não tem a simpatia do serviço de segurança interna, o Shin Bet, que expressou, anteriormente, oposição, argumentando que as sentenças capitais não impedirão — e podem, inclusive, encorajar — futuros ataques. A expulsão de Israel dos familiares de envolvidos em atentados também foi discutida no encontro.

Algumas horas antes do atentado de ontem, a polícia anunciou 42 detenções relacionadas ao massacre de sexta-feira, cometido por um palestino de 21 anos que abriu fogo contra pessoas reunidas na saída de uma sinagoga durante o shabat. O atirador matou sete israelense no Dia Internacional em Memória das Vítimas do Holocausto.



Em Tel Aviv, milhares de israelenses marcham contra proposta do governo que enfraquece o Judiciário

Reações

O deputado Mickey Levy, do partido centrista Yesh Atid, advertiu que a nova onda de violência recorda a segunda Intifada, a revolta palestina de 2000 a 2005. "O que aconteceu há 20 anos está começando a se repetir agora", ponderou, em entrevista à agência France Presse. "Temos que sentar, pensar como podemos avançar e deter esta situação", acrescentou o político da oposição.

A Autoridade Palestina, que governa a Cisjordânia, afirmou em um comunicado que Israel é "plenamente responsável pela escalada perigosa". O grupo libanês Hezbollah, um dos principais inimigos de Israel, considerou o ataque de sexta-feira "heroico" e expressou "apoio absoluto a todas as medidas adotadas pelas facções da resistência palestina".

O presidente francês, Emmanuel Macron, pediu aos dois lados que "evitem a qualquer custo uma espiral de violência". A Rússia defendeu "máxima moderação". O chefe da diplomacia americana, Antony Blinken, viajará à região para discutir "os passos necessários para reduzir as tensões", informou um porta-voz. Várias nações árabes que têm relações com Israel — incluindo Egito, Jordânia e Emirados Árabes Unidos — condenaram o atentado de sexta-feira.

Israel descreveu a operação de quinta-feira de suas tropas no campo de refugiados de Jenin, norte da Cisjordânia, como uma operação "antiterrorista", contra combatentes da Jihad Islâmica. O grupo Hamas, que governa a Faixa de Gaza, e a Jihad Islâmica prometeram represálias e na sexta-feira lançaram foguetes contra o território israelense. Muitos projéteis foram derrubados pela defesa antiaérea, mas o exército respondeu com bombardeios.

A resposta palestina veio em seguida, com o ataque à sinagoga. O autor foi morto pela polícia após uma rápida perseguição, e não há indícios de envolvimento anterior do atirador em atividades militantes ou de que seria membro de um grupo armado palestino estabelecido.



Paulo Delgado contato@paulodelgado.com.br

VISLUMBRES DA AMÉRICA LATINA

Um diálogo com o subcontinente em que vivemos poderia começar pela ideia de que nada de duro, nada de pesado, conter temperamentos, julgar com equilíbrio, princípios mais do que convicções, ajudaria a melhorar a condição humana da região. Não é tão difícil, exceto quando se tem que escolher. O desespero, se tira da vida o cenário de harmonia, é uma perda de investimento.

Quem se interessa pela história da América Latina e do Caribe, com seus 33 países e territórios, povos, proprietários e línguas diversas, vê um acúmulo de desolação totalmente contrário às regras do bem viver e do viver junto. Um continente controverso onde a colheita antecede o plantio e muitas sementes se perdem. Nunca esteve à altura da situação: quando acerta, estraga o que fez bem; quando erra, prolonga o que fez mal.

Uma espécie de performance esportiva do conflito, cartografia de heroísmos coletivos e derrotas individuais, um jogo próprio de depredação de governantes, formação fraudulenta de fortunas, um silêncio estúpido diante da miséria, descrita por tantos historiadores, poetas, jornalistas e escritores incomparáveis.

Uma região múltipla, solar, invernal, verde e úmida, conectada com o melhor da natureza e a cultura originária de povos nada primitivos e cujo parentesco mais recente remonta às grandes nações europeias, que até hoje possuem territórios por cá. Região que não conseguiu estender os valores da democracia como elemento mais alto dos desejos. O que na história do mundo foi instinto, na América Latina se converteu em um sistema.

Dominada por pensamentos intempestivos e exageros desnecessários, a região dá a falsa impressão de que tem alguma pressa e objetivo no futuro. O que se vê, em verdade, é calma e lentidão indescritíveis. Aqui, o tempo e a idade sempre foram tratados com negligência. Tudo se passa de forma absolutamente indiferente ao tempo, que corre para todas as pessoas e que ocupa e triunfa, implacavelmente, sobre o espaço de cada um.

Por exemplo, ainda preocupada em construir escolas e vislumbrar uma educação de qualidade para crianças e jovens, a região já foi atropelada pela idade de seus velhos e anciãos sem nenhuma previdência que dê reconhecimento e significação ao trabalho de toda uma vida. Com o índice de natalidade caindo e a expectativa de vida aumentando, a fatalidade de escolas virarem asilos, como ocorre com quem deixa tudo para depois, é questão de tempo.

No plano geral da ordem do mundo, a América Latina cultiva alguns princípios opostos aos dos países desenvolvidos. Um desses princípios é a incompreensão espiritual sobre a relação entre progresso e o livre arbítrio. A dignidade do livre arbítrio é que confere humanidade à luta contra a pobreza, a privação e a necessidade. A atividade econômica, portanto, é um dom natural da liberdade.

Se segredos e mistérios — próprios do mundo turbulento da mente humana, e precisam averiguar seus pormenores — levarem à necessidade de punições necessárias, isso somente será compreendido se os cidadãos confiarem que estão agindo coletivamente e que um não pagará a cota de um outro irresponsável. A certeza de que a liberdade é boa e produtiva exige que o Estado funcione em condições normais. Quando se trata de bem público que beneficie a todos, o senso de justiça precisa da garantia sólida de que os governos honrarão os acordos mantidos e aplicarão tal princípio a si mesmos, de forma extraordinária.

O livre arbítrio tem, na vida em sociedade, uma indivisibilidade. Todos devem levar em conta todos, mesmo preservando suas convicções. O que se viu, diante da epidemia da covid-19, é que a região foi um dos epicentros do sofrimento e da maldade por causa do egoísmo, omissão e desrespeito aos princípios da saúde pública. Quem se vacina contra doença contagiosa ajuda mais aos outros do que a si mesmo. Quem não quer, ou não vê vantagem na proteção para si, não deveria ver problema na indústria poluidora, no barulho do vizinho ou no desastre ambiental provocado por má fé.

Não são boas e justas as normas que se fundamentam somente no interesse próprio. São tais distorções que fazem os parlamentos da região serem tão profícuos em criar leis, de severidade inaplicável, minuciosas, caso a caso. Ao invés de lutarem para que o grau de confiança na vida legal aumente, o legislador latino-americano prospera com a desorganização da sociedade. Suas decisões isoladas, para agradar particulares, não contribuem para o bem comum.

Em sociedades desenvolvidas, em muitos casos, é supérflua a necessidade de leis e algumas são até mais suaves, porque onde há confiança nos costumes coletivos, a paz social é mais bem compreendida.

» **PAULO DELGADO**, sociólogo.